

SIMPÓSIO 57

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

POLÍTICAS PÚBLICAS DIGITAIS E O DEVER DE PROTEÇÃO: ALGORITMOS,
RISCOS SISTÊMICOS E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Eixo Temático:

2 – Direitos Humanos, Políticas Públicas e Estado;

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: Cláudio José Franzolin

Vinculação Institucional: PUC-Campinas

Resumo Curricular: Professor pesquisador e titular A1 do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da PUC-Campinas, onde também é professor na Graduação. Doutor e Mestre em Direito pela PUC-SP. É vinculado à linha de pesquisa "Políticas públicas, sustentabilidade e proteção de vulneráveis" (CNPq) e orientador de mestrado. Possui experiência em Direito Civil, do Consumidor e Ambiental, focando em consumo e cidades sustentáveis, proteção de vulneráveis e transição energética. Participa de projetos importantes como o HIDS (PUC-Campinas/UNICAMP), CPTEn/FAPESP (pesquisador associado no Eixo II) e VITALITÁ. É Membro do Comitê de Ética e Pesquisa com seres humanos (CEP) da PUC-Campinas e de redes internacionais de pesquisa.

Nome da Coordenadora 2: Maria Clara Giassetti Medeiros Corradini Lopes

Vinculação Institucional: Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos

Resumo Curricular: Mestre em Direitos Humanos e Desenvolvimento Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Bacharel em Direito, com ênfase em Direito Civil, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (CCT). É especialista em Direito Constitucional; em Prática Processual Civil Avançada (Instituto Damásio de Direito da Faculdade IBMEC); em Direito Digital e em Direito Imobiliário pela (Faculdade Legale). Coordenadora de Direito e Tecnologia do Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos (INPPDH). Membro do grupo de pesquisa Cooperação Internacional, Democracia e Direitos Humanos, da PUC-Campinas e do grupo de pesquisa Mídia e Sociedade/CNPq da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

O presente simpósio propõe investigar a integração de sistemas algorítmicos no ciclo de políticas públicas como ferramenta para a concretização do desenvolvimento social e a proteção de direitos humanos. Em uma realidade marcada por riscos sistêmicos e crises sociais



complexas, o Estado recorre à inteligência de dados para antecipar danos e otimizar a distribuição de recursos essenciais. No entanto, essa transição digital impõe desafios jurídicos sobre o dever estatal de proteção e a prevenção de riscos tecnológicos. As linhas de debate estruturam-se em: 1) A arquitetura das políticas públicas digitais: o uso de algoritmos para a identificação de vulnerabilidades sociais e a promoção da resiliência em comunidades afetadas por desigualdades estruturais; 2) Governança, transparência e accountability: os limites da automação na gestão de direitos sociais e a responsabilidade pública frente a possíveis vieses que possam comprometer a equidade e o desenvolvimento sustentável. O objetivo é discutir como o Direito Digital e as políticas públicas podem convergir para criar mecanismos de proteção eficazes, assegurando que a inovação tecnológica atue como vetor de inclusão social e não como instrumento de novas exclusões. Espera-se acolher pesquisas que analisem criticamente o papel das tecnologias preditivas na salvaguarda de bens jurídicos e na promoção de uma justiça social adaptada aos desafios da era digital.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)
Inglês (X)
Espanhol (X)
Italiano (X)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

DIGITAL PUBLIC POLICIES AND THE DUTY TO PROTECT: ALGORITHMS,
SYSTEMIC RISKS, AND THE PROMOTION OF SOCIAL DEVELOPMENT

Thematic area:

2 – Human Rights, Public Policy and the State;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Cláudio José Franzolin

Institution: PUC-Campinas

Curricular Summary: Research professor and A1-level faculty member in the Stricto Sensu Graduate Program in Law at PUC-Campinas, where he also teaches in the undergraduate program. He holds a Ph.D. and an M.A. in Law from PUC-SP. He is affiliated with the research line “Public Policies, Sustainability, and Protection of Vulnerable Groups” (CNPq) and serves as a master’s thesis advisor. He has expertise in Civil, Consumer, and Environmental Law, focusing on consumption and sustainable cities, protection of vulnerable groups, and energy transition. He participates in major projects such as HIDS (PUC-Campinas/UNICAMP), CPTen/FAPESP (associate researcher in Axis II), and VITALITÁ. He is a member of the Committee on Ethics and Research Involving Human Subjects (CEP) at PUC-Campinas and of international research networks.

Name of Coordinator 2: Maria Clara Giassetti Medeiros Corradini Lopes

Institution: National Institute for Research and Promotion of Human Rights

Curricular Summary: Master’s degree in Human Rights and Social Development from the Pontifical Catholic University of Campinas (PUCCAMP). Bachelor of Laws, with a concentration in Civil Law, from Mackenzie Presbyterian University (CCT). She is a specialist in Constitutional Law; in Advanced Civil Procedure (Damásio Law Institute at IBMEC College); in Digital Law and Real Estate Law (Legale College). Coordinator of Law and Technology at the National Institute for Research and Promotion of Human Rights (INPPDH). Member of the International Cooperation, Democracy, and Human Rights research group at PUC-Campinas and the Media and Society/CNPq research group at São Paulo State University (UNESP).

Line(s) of discussion (symposium description):

This symposium aims to examine the integration of algorithmic systems into the public policy cycle as a tool for achieving social development and protecting human rights. In a reality



marked by systemic risks and complex social crises, the state relies on data intelligence to anticipate harm and optimize the distribution of essential resources. However, this digital transition poses legal challenges regarding the state's duty to protect and prevent technological risks. The lines of debate are structured around: 1) The architecture of digital public policies: the use of algorithms to identify social vulnerabilities and promote resilience in communities affected by structural inequalities; 2) Governance, transparency, and accountability: the limits of automation in the management of social rights and public responsibility in the face of potential biases that may compromise equity and sustainable development. The objective is to discuss how Digital Law and public policies can converge to create effective protection mechanisms, ensuring that technological innovation acts as a driver of social inclusion and not as an instrument of new forms of exclusion. We welcome research that critically analyzes the role of predictive technologies in safeguarding legal rights and promoting social justice adapted to the challenges of the digital age.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)
English (X)
Spanish (X)
Italian (X)

SIMPOSIO

Tipo de implementación:

En línea

Simposio:

POLÍTICAS PÚBLICAS DIGITALES Y EL DEBER DE PROTECCIÓN: ALGORITMOS, RIESGOS SISTÉMICOS Y LA PROMOCIÓN DEL DESARROLLO SOCIAL

Eje temático:

2 – Derechos Humanos, Políticas Públicas y Estado;

Coordinadores:

Nombre del Coordinador 1: Cláudio José Franzolin

Vinculación Institucional: PUC-Campinas

Resumen curricular: Profesor investigador y titular A1 del Programa de Posgrado Stricto Sensu en Derecho de la PUC-Campinas, donde también es profesor en el programa de licenciatura. Doctor y máster en Derecho por la PUC-SP. Está vinculado a la línea de investigación «Políticas públicas, sostenibilidad y protección de los vulnerables» (CNPq) y es director de tesis de maestría. Cuenta con experiencia en Derecho Civil, del Consumidor y Ambiental, con enfoque en consumo y ciudades sostenibles, protección de los vulnerables y transición energética. Participa en proyectos importantes como el HIDS (PUC-Campinas/UNICAMP), CPTEn/FAPESP (investigador asociado en el Eje II) y VITALITÁ. Es miembro del Comité de Ética e Investigación con seres humanos (CEP) de la PUC-Campinas y de redes internacionales de investigación.

Nombre de la Coordinadora 2: Maria Clara Giassetti Medeiros Corradini Lopes

Vinculación Institucional: Instituto Nacional de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos

Resumen curricular: Máster en Derechos Humanos y Desarrollo Social por la Pontificia Universidad Católica de Campinas (PUCCAMP). Licenciada en Derecho, con especialización en Derecho Civil, por la Universidad Presbiteriana Mackenzie (CCT). Es especialista en Derecho Constitucional; en Práctica Procesal Civil Avanzada (Instituto Damásio de Derecho de la Facultad IBMEC); en Derecho Digital y en Derecho Inmobiliario por la Facultad Legale. Coordinadora de Derecho y Tecnología del Instituto Nacional de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos (INPPDH). Miembro del grupo de investigación Cooperación Internacional, Democracia y Derechos Humanos, de la PUC-Campinas, y del grupo de investigación Medios y Sociedad/CNPq de la Universidad Estatal Paulista (UNESP).

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

El presente simposio propone investigar la integración de los sistemas algorítmicos en el ciclo de las políticas públicas como herramienta para hacer realidad el desarrollo social y la



protección de los derechos humanos. En una realidad marcada por riesgos sistémicos y crisis sociales complejas, el Estado recurre a la inteligencia de datos para anticipar daños y optimizar la distribución de recursos esenciales. Sin embargo, esta transición digital plantea desafíos jurídicos sobre el deber estatal de protección y la prevención de riesgos tecnológicos. Las líneas de debate se estructuran en: 1) La arquitectura de las políticas públicas digitales: el uso de algoritmos para la identificación de vulnerabilidades sociales y la promoción de la resiliencia en comunidades afectadas por desigualdades estructurales; 2) Gobernanza, transparencia y rendición de cuentas: los límites de la automatización en la gestión de los derechos sociales y la responsabilidad pública frente a posibles sesgos que puedan comprometer la equidad y el desarrollo sostenible. El objetivo es debatir cómo el Derecho Digital y las políticas públicas pueden converger para crear mecanismos de protección eficaces, asegurando que la innovación tecnológica actúe como vector de inclusión social y no como instrumento de nuevas exclusiones. Se espera recibir investigaciones que analicen críticamente el papel de las tecnologías predictivas en la salvaguarda de los bienes jurídicos y en la promoción de una justicia social adaptada a los desafíos de la era digital.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)
Inglés (X)
Español (X)
Italiano (X)